



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MINAS GERAIS**

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 50/2017

PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI/MG**, com endereço na Pça. Adolfo de Oliveira, s/nº. Centro – Itacarambi - MG, CNPJ nº.18.283.101/0001-82, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº.050/2017**, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Decreto Municipal nº. 1.583/2013 de 11 de janeiro de 2013, Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, e alterações posteriores, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório. Os trabalhos serão conduzidos por funcionários da Prefeitura Municipal de Itacarambi, Heloísa Rocha Lacerda, designada Pregoeira Oficial e a Equipe de Apoio, designados por meio de Portaria 189/2017. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

LOCAL DE ENTREGA, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

Local de entrega: Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG

a) Data limite de credenciamento e entrega dos envelopes: 28/09/2017

b) Horário de credenciamento: 14h20min às 14h40min.

Local de realização do certame: Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG

a) Data de realização do certame 28/09/2017

b) Início da Sessão: 15h00min

A sessão de processamento do pregão será realizada após o credenciamento que será no Setor de Licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG, situada na Pça. Adolfo de Oliveira, s/nº, Centro – Itacarambi– MG – CEP: 39.470-000, **no Município de Itacarambi/MG**, a qual será conduzida pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe, por meio da Portaria nº. 189/2017.

I – DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto, **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL ADULTO E VETERANO DE ITACARAMBI/ 2017, COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAS E CUSTEIO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS E PREMIAÇÕES**, Conforme o **Anexo I** que faz parte integrante do presente Edital.

II – ÁREA SOLICITANTE

2.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DE ITACARAMBI/ MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

III – CONSULTAS AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

3.1 – Cópia deste instrumento convocatório estará disponível, e poderá ser obtida pelos interessados: na sala de licitações das 8 (oito) às 12h (doze) horas e das 14 (quatorze) às 18 (dezoito) horas, de segundas às sextas-feiras, na **Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – Itacarambi/MG**, e permanecerá afixada nos quadros de avisos localizados no *hall* da sede da Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG ou, ainda via e-mail licitacao@itacarambi.mg.gov.br.

3.2 - Os esclarecimentos serão efetuados pela Pregoeira através de telefone sob os números: (38) 3613-2171 ou 3613-2250 ou diretamente na Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG.

IV – DA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar do certame **todos os interessados** do ramo da atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

4.2 - Para fins de aplicação da Lei Complementar 123/2006 nesta licitação, os micro empreendedores individuais (MEI), as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 farão jus aos mesmos benefícios, independentemente da receita bruta anual, sendo, portanto, denominados genericamente de MPE.

4.3 - Nesta licitação, adotar-se-á o benefício de exclusividade para a disputa por itens entre MPE. Os itens que terão essa condição de disputa estão assim identificados no ANEXO I – Termo de Referência. Esta exigência se fundamenta no artigo 48, I da Lei Complementar 123/2006.

4.3.1 - Não havendo um mínimo de 03 (três) competidores enquadrados como ME ou EPP, sediados local ou regionalmente e, caso a exclusividade não seja vantajosa ou resulte em prejuízo para ao município, não será aplicado o disposto no item 4.3, nos termos do art. 49, II e III, da Lei Complementar 123/2006.

4.4 - Não será admitida nesta licitação a participação de:

- Empresas que não atenderem às condições deste Edital;
- Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Itacarambi/MG;
- Empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- Pessoas jurídicas das quais participem, sejam a qualquer título, dirigentes ou servidores do Município de Itacarambi/MG;
- Servidores do Município de Itacarambi/MG.

V – DOS ENVELOPES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 – A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis respectivamente, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente e todos os dados que identifique a empresa, os seguintes dizeres:

ENVELOPE “01” - PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICIPIO DE ITACARAMBI/MG

ATT. PREGOEIRO OFICIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2017

(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)

ENVELOPE “02” – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

MUNICIPIO DE ITACARAMBI/MG

ATT. PREGOEIRO OFICIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 096/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

(NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)

5.2 – A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.3 - Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, cópia acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

5.4 – Não serão aceitas propostas escritas enviadas pelo correio ou entregues por portador, sendo que a Prefeitura Municipal não se responsabilizará por envelopes “Proposta” e “Documentação” endereçados via postal ou por outras formas, entregues em local diversos, e que, por isso, não cheguem à data e horário previsto no preâmbulo deste instrumento convocatório.

VI – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

6.1 – A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

6.1.1 – Cabeçalho contendo todos os dados que identifique a empresa;

6.1.2 – Número Processo e do Pregão;

6.1.3 – Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação do **MENOR PREÇO POR ITEM** em conformidade com as especificações do modelo de proposta – Anexo II deste Edital.

6.1.4 – Preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

6.1.5 – Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

6.1.6 – A proposta deverá referir-se à integralidade do **MENOR PREÇO POR ITEM** do objeto cotado.

6.2 – A Proposta Comercial deverá ser rubricada e numerada sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir seu número exato.

6.3 – O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

VII – DA DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

– CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES)

7.1. – PESSOA JURÍDICA.

7.1.1 – Cópias de documentos Pessoais acompanhado das originais.

7.1.1.1 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

7.1.1.2 – Tratando-se de representante estatutário legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

7.1.1.3 – Tratando-se de procurador, o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 7.1.1.2, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

7.1.1.4 -O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto a Pregoeira implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

7.1.1.5 – Para enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no certame licitatório, deverá ser apresentado o seguinte documento:

a) Certidão Simplificada Expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio de 30/04/2007.

7.1.1.6 - Deverá apresentar na proposta de preços, o telefone de contato e E-mail do licitante e do seu representante legal.

VIII – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8.1 – A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (conforme anexo III), ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.

IX – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

9.1 – O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 – Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou última alteração se nesta constar o objeto social e administração da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais;

9.2.3 – Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 9.2.2, deste subitem;

9.2.4 – Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.2.5 – Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

9.3 – REGULARIDADE FISCAL

9.3.1 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante,

9.3.2 - Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Pública Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante

9.3.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e INSS mediante apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa Conjunta de Débitos relativos a tributos federais, à Dívida Ativa da União e INSS. Nos termos do Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

9.3.4 – Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.5 – Prova de Inscrição no CNPJ;

9.3.6 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante.

9.3.7 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme exigência da Lei nº 12.440 de 07/07/2011, a ser emitida gratuita e eletronicamente, através do site <http://www.tst.jus.br>.

9.4 -DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

9.4.1 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial com o máximo de **60 (sessenta) dias** anteriores à data prevista para entrega dos envelopes.

9.5 -DA REGULARIDADE TÉCNICA

9.5.1. - Alvará de funcionamento do município sede do licitante.

9.5.2 – Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas **até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.**

9.5.3 – Os documentos relativos à Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista poderão ser substituídos pelo C.R.C. emitido pelo Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itacarambi, **exceto** os itens 9.3.6, 9.3.7.

9.5.4- A Microempresa–ME e Empresa de Pequeno Porte–EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.5.5 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura para regularização da documentação.

9.5.6- A prorrogação do prazo para regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido a Pregoeira Oficial.

9.5.7- Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

9.5.8 – A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito á contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93, sendo facultado a Pregoeira Oficial convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou submeter o processo á Autoridade Competente para revogação.

9.5.9 – Fica assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as **microempresas e empresas de pequeno porte.**

9.5.10 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada.

9.5.11 - Para efeito do disposto no item 9.6.8, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.5.12, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.5.10, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.5.13 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 9.5.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

9.5.14 - O disposto no item 9.5.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

X – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

10.1 – No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

10.2 – Após o credenciamento, os licitantes entregarão a Pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo III, ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

10.3 – A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

10.3.1 – Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

10.3.2 – Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;

10.4 – No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

10.5 – Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

10.6 – As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

10.6.1 – Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

10.6.2 – Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).

10.6.3 – No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.7 - A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

10.8 – O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.9 – Os lances deverão ser formulados por item quando for o caso, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observadas a redução mínima, que será estipulada pelo pregoeiro no ato do pregão, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

10.10 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, com exceção da melhor proposta.

10.11 – A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.12 – Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.13 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

10.14 – Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

10.15 – Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

10.15.1 – substituição e apresentação de documentos, ou

10.15.2 – verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

10.16 – A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.16.1 – A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

10.17 – Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

10.18 – Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.19 – Fica assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as **microempresas e empresas de pequeno porte**.

10.19.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5% (cinco por cento)** superiores à proposta mais bem classificada.

10.19.2 - Para efeito do disposto no item 10.19, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 10.19.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.19.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.19.3 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 10.19.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.19.4 - O disposto no item 10.19 somente se aplicará quando a melhor oferta Inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

XI – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

11.1 – No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção. Abrindo-se então o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.2 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

11.3 – Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

11.4 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

11.5 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.1. O resultado do julgamento será submetido à autoridade competente, para homologação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS GERAIS

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

11.2. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame licitatório, o licitante vencedor será convocado, formalmente, a assinar a respectiva CONTRATO pelo representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito o prazo de 05 (cinco) dias úteis;

11.3. A contratação pretendida deverá ser executada em estrita conformidade com as prescrições deste edital e seus anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis;

11.4. O prazo de vigência do Contrato será a contar de sua assinatura até 31 (trinta e um) de dezembro de 2017.

XII - DOS PRAZOS DE CONTRATAÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12.1 – A Contratação de pessoas jurídicas para, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL ADULTO E VETERANO DE ITACARAMBI/ 2017, COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAS E CUSTEIO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS E PREMIAÇÕES, para atender demanda da secretaria de Planejamento do município, será realizada durante o exercício de 2017, conforme programação da Secretaria Requisitante.

12.2 – A entrega do objeto ora licitado deverá ser feita em até 02 (dois) dias após a ordem de fornecimento expedida pelo Setor de Compras, conforme autorização da Secretaria municipal, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal que deverá ser entregue na própria Secretaria.

12.3 - Constatadas irregularidades no objeto licitado, o Contratante poderá:

12.3.1 - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.3.2 - Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

12.3.3 - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

12.4 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

12.5 – A Prefeitura reserva-se o direito de não aceitar o objeto que estiver em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório e seus anexos, podendo cancelar e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei nº. 8.666/93.

XIII – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 - O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto do processo será: a Secretaria Municipal requisitante, sendo o responsável **Cleonice Pereira dos Santos** observado o artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2- Na ocorrência de atraso na entrega do Objeto da licitação, o Município poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital.

XIV - DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo Município de Itacarambi/MG, por processo legal, através da Nota Fiscal, até 30 (trinta) dias após a entrega efetivada do objeto e apresentação da respectiva Nota Fiscal.

14.2 - Se o objeto não for entregue conforme condições deste edital, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

14.3 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

14.4- Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.5- Todos os documentos apresentados na fase de habilitação deverão encontrar-se com prazo de validade vigente na data do pagamento. Caso contrário, documento(s) atualizado(s) deverá(ão) ser reapresentado(s).

14.6 – O contrato deverá estar assinado para então efetuar o pagamento.

XV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - A Dotação Orçamentária destinada ao pagamento da aquisição do objeto licitado está revista e indicada no processo, sob os números:

Ficha:	Dotação:
---------------	-----------------

XVI – DA AQUISIÇÃO DO OBJETO LICITADO

16.1- A aquisição decorrente desta licitação será formalizada mediante ordem de fornecimento, expedida pela Gerência de Compras do Município de Itacarambi/MG.

16.1.1 – Se, por ocasião da formalização do contrato, as Certidões de Regularidade de Débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estiverem com o prazo de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.1.2 – Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar sua situação de regularidade de que trata o subitem 16.1.1 deste item XVI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.2 – A adjudicatária deverá, no prazo de 05 dias corridos contados da convocação, comparecer a Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG, junto ao Setor de Licitações para assinatura do contrato.

16.3 – Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 16.1.1, ou se recusar a assinar o contrato, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente.

XVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar o objeto da licitação, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e será descredenciado dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

17.2- Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

17.2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

17.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

17.2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

17.3 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

17.4 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do Município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.2 – O resultado do presente certame será divulgado pela Prefeitura Municipal de Itacarambi/MG.

18.3 – Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

18.3.1 – A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 1 (um) dia útil.

18.3.2 – Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.4 – Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira.

18.5 – Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento ao Edital;

Anexo IV – Modelo de declaração de condição de ME ou EPP, conforme Lei Complementar 123/2006;

Anexo V – Modelo de Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho;

Anexo VI – Minuta do contrato.

18.6- Este edital *deverá ser lido* e interpretado na íntegra, e após apresentação da proposta e documentação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

18.7 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na Sessão.

18.8 - É facultado a Pregoeira ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

18.9 - É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela depois de aberta a sessão do pregão.

18.10 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimo e diminuição quantitativa do objeto, conforme previsto do art. 65 da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, e prorrogação do contrato, consoante o art. 57 da mesma lei.

18.11 - A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

18.12 -A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante a tramitação do certame e em especial na Sessão do Pregão. Relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do certame, sendo possível a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.13- Os interessados deverão adquirir o edital convocatório diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Itacarambi, na Pça. Adolfo de Oliveira, s/n°– Centro – Itacarambi/MG, impresso ou por mídia digital.

18.14 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Januária/MG.

18.15 – As eventuais dúvidas dos interessados poderão ser dirigidas a Pregoeira e a Equipe de Apoio através de telefone sob os números: (38) 3613-2171 ou 3613-2250 ou através do email licitacao@itacarambi.mg.gov.br.

Itacarambi (MG), 15 de setembro de 2017.

NÍVEA MARIA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

ANEXO I

EDITAL Nº. 50/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

Processo Nº 096/2017

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Data: 28 (vinte oito) de setembro de 2017

Horário: 15hs00

TERMO DE REFERÊNCIA

01 – DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL ADULTO E VETERANO DE ITACARAMBI/ 2017, COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAS E CUSTEIOS DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS E PREMIAÇÕES, conforme descrição abaixo.

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Valor Estimado	Total
01	Organização e realização dos campeonatos de futebol adulto e veterano de Itacarambi, compreendendo 20 equipes participantes, incluindo o seguinte: custeio de arbitragem para 50 partidas, premiação em dinheiro (R\$ 6.000,00) para os campeões, R\$ 3.000,00 para os vice-campeões.	UNID	01	0,00	28.400,00	28.400,00

02 – DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO

2.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL ADULTO E VETERANO DE ITACARAMBI/ 2017, COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAS E CUSTEIOS DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS E PREMIAÇÕES, Será de responsabilidades da CONTRATADA.

03- DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será Secretaria Municipal requisitante, observados o artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo responsável o servidor: **Cleonice Pereira dos Santos**.

04 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 - DO CONTRATADO:

- A Adjudicatária arcará com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações tributárias, trabalhistas, sociais e previdenciárias, e outras de qualquer espécie, para completa entrega do objeto contratado;
- Todas as despesas com a entrega do objeto será de responsabilidade exclusiva do(a) Contratado(o);
- Arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta aquisição;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

- d) – Fazer comprovar à Contratante os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- e) – A entrega do objeto é de inteira responsabilidade da CONTRATADA em conformidade com o especificado no Edital Convocatório. O não cumprimento destes itens, mesmo que por uma única vez, implicará no imediato cancelamento do empenho;
- f) – Fica estabelecido a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8.666/93 e alterações.
- g) – Responderá o (a) Contratado(a), administrativa e/ou judicialmente, por todos e quaisquer danos causados à terceiros, quando restar comprovada a sua culpa pelo evento danoso.

4.2 - DO MUNICÍPIO:

- a) – Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no item 14.1 do Edital;
- b) – Efetuar o desconto do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título.

Itacarambi (MG) 15 de setembro 2017.

NÍVEA MARIA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N°.096/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N°.050/2017

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Razão social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____ Telefone: _____ E-mail _____
Nome do signatário: _____ (para assinatura do contrato)
Identidade do Signatário: _____
CPF do Signatário: _____ Telefone: _____ E-mail _____

- ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Descrição	UND	Qtde	Valor Unitário	Valor Estimado	Total
01	Organização e realização dos campeonatos de futebol adulto e veterano de Itacarambi, compreendendo 20 equipes participantes, incluindo o seguinte: custeio de arbitragem para 50 partidas, premiação em dinheiro (R\$ 6.000,00) para os campeões, R\$ 3.000,00 para os vice-campeões.	UNID	01	0,00	28400,00	28400,00

Prazo da validade da Proposta	60 (sessenta) dias.
Condições de Fornecimento	Conforme Edital
Condições de Pagamento	Conforme Edital
Declaro que nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto.	
CARIMBO DO CNPJ:	DATA:

VALOR TOTAL DA PROPOSTA

(.....)

Assinatura do signatário



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 –Tel. (38) 3613-2559

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº.050/2017

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO.

A Empresa _____, cadastrada no CNPJ sob o nº _____, situada na _____ nº _____, Bairro _____, no município de _____, Estado _____, representada por _____, portador do RG Nº _____ e CPF Nº _____, referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº.096/2017– PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017**, certifica ao Município de Itacarambi/MG que tomou conhecimento dos ditames do instrumento licitatório e seus anexos e, em face disto se sujeita às condições estabelecidas e, não obstante às exigências da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, em face disto DECLARA a não existência de fato impeditivo quanto a sua participação na presente licitação até a presente data, e, na ocorrência de ser o licitante vencedor, durante a execução do contrato, na ocorrência de fato superveniente impeditivo, compromete-se a cientificar à Contratante a ocorrência do fato, sob pena de aplicações de penalidades legais na sua omissão. Declara ainda para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII do art. 4º da Lei Federal 10.520/02, sob as penalidades cabíveis no tocante aos requisitos de habilitação e que toda “Documentação de Habilitação”, apresentada são de sua autoria e responsabilidade, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos, e, também declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. Por ser a expressão da verdade, assina-se a presente declaração para um só efeito. O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Assinatura do Signatário



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº.050/2017

Prezado(a) Senhor(a),

A Empresa com sede na cidade de _____ na (rua, avenida etc.), n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n.º _____, portador da carteira de identidade n.º _____, **DECLARA, sob as penalidades da Lei**que:

- () se enquadra como Micro empreendedor Individual, nos termos do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; ou
- () se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda estar apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas pela legislação, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º ou §9º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(Local e data)
(Representante legal)

(Esta Declaração deverá ser apresentada no credenciamento fora dos envelopes nº 01 e 02)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MINAS GERAIS**

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO
TRABALHO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.050/2017

D E C L A R A Ç Ã O

Eu (nome completo), representante da empresa (nome da pessoa jurídica), declaro que nos termos da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 que alterou dispositivos da Lei nº 8.666, de 16 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, que a nossa empresa encontra-se em situação regular no Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Portanto, não possuímos no nosso quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer trabalho dos menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente.

_____, _____ de _____ de 2017.

(assinatura do representante legal)
RG:

(Esta declaração deverá ser apresentada no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MINAS GERAIS**

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 –Tel. (38) 3613-2559

ANEXO VI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 096/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº.050/2017

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITACARAMBI/MG E _____ PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O MUNICIPIO DE ITACARAMBI/MG com endereço na Pça. Adolfo de Oliveira, s/nº., Centro, inscrito sob o CNPJ nº:18.283.101/0001-82, isento de inscrição estadual, neste ato representado pelo Srº **CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS**, Secretária Municipal de planejamento, residente na cidade Itacarambi/MG, portador da Cédula de Identidade RG M 4.086.682 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº.677.615.266-72, nos termos do Decreto nº. 19/2017, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa _____, estabelecida na Rua/Av _____, inscrita no CNPJ/CPF sob nº _____, Inscrição Estadual sob nº _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na cidade de _____, na Rua _____ nº _____ aqui denominada de **CONTRATADA**, RESOLVEM celebrar este Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

O presente Contrato tem como fundamento a Lei Federal nº 10.520, de 17/7/2002 com subsídio da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações e o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017**–e seus anexos, devidamente homologada pela autoridade competente, a proposta da CONTRATADO (A), tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL ADULTO E VETERANO DE ITACARAMBI/ 2017,COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAS E CUSTEIOS DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS E PREMIAÇÕES**, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Planejamento, conforme descrição abaixo:

Item	ESPECIFICAÇÃO	Quant	Unid.	V.UNIT.	V.TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

O objeto deste Contrato será pago com recursos orçamentários oriundos do Tesouro Municipal, com a classificação funcional da Secretaria Municipal, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência do Contrato será a contar de sua assinatura até 31 (trinta e um)dedezembro de 2.017.

4.2 -Findo o prazo previsto para término do presente termo, e havendo produto remanescente, fica ressalvado à **CONTRATANTE** a não obrigatoriedade de retirar todo produto licitado, em virtude da necessidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
MINAS GERAIS**

CNPJ N°. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/n° - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO

Importa o presente contrato, no valor global de R\$ _____ (_____), decorrente da proposta apresentada. Os preços são fixos e irrevogáveis, exceção feita à hipótese de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos na execução do ajustado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado da seguinte forma:

- a) - Pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, por processo legal, nas condições exigidas, até 30 (trinta) dias após a entrega efetivada do objeto licitado e apresentação da respectiva Nota Fiscal. No caso de pessoa Jurídica deverá ainda estar acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento e CNDs relativas ao INSS e FGTS;
- b) - Para emissão da fatura, será tomada como base, a ordem de fornecimento, expedida pela Divisão de Compras da Prefeitura.
- c) - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- d) - A fatura relativa ao objeto licitado deverá ser apresentada à Prefeitura para fins de conferência e atestação.
- e) - Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos não superior a 15(quinze) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.
- f) - **O contrato deverá estar assinado para então efetuar o pagamento**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I- DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da(o) Contratada(o):

- a) – Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) – O objeto adquirido dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificados;
- c) – Arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações tributárias, trabalhistas, sociais e previdenciárias, e outras de qualquer espécie, para completa entrega do objeto contratado, exceto os casos expressamente previstos neste instrumento;
- d) - Caberá à contratada todas as despesas para entrega dos materiais.
- e) - Arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta aquisição;
- f) – Fazer comprovar à Contratante os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- g) – A entrega do objeto contratado em conformidade com o Edital. O não cumprimento deste item, mesmo que por uma única vez, implicará no imediato cancelamento do contrato;
- h) – Fica estabelecido a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8.666/93 e alterações.
- i) – Responderá o (a) Contratado(a), administrativa e/ou judicialmente, por todos e quaisquer danos causados à terceiros, quando restar comprovada a sua culpa pelo evento danoso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 – Tel. (38) 3613-2559

j) – A entrega do objeto ora licitado deverá ser feita em até 02 (dois) dias após a ordem de fornecimento expedida pelo Setor de Compras, conforme autorização das Secretarias Municipais requisitantes, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal que deverá ser entregue na própria Secretaria.

k) - Constatadas irregularidades no objeto licitado, o Contratante poderá:

l) - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

m) - Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

n) - Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

o) - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

p) – A Prefeitura reserva-se o direito de não aceitar o objeto que estiver em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório e seus anexos, podendo cancelar e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei nº. 8.666/93.

II – DO MUNICÍPIO:

Constituem obrigações da Contratante:

a) – Efetuar o pagamento de acordo com o previsto na Cláusula Sexta;

b) – Efetuar o desconto do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente da fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título.

CLÁUSULA OITAVA-DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A fiscalização, autorização e conferência da entrega do objeto contratado será realizada pela Secretaria Municipal requisitante, observados os artigos 73 a 76 da Lei Federal 8.666/93, sendo responsável o servidor, **FERNANDO TEIXEIRA DO NASCIMENTO, coordenador de esportes autorizado pela Secretaria de Planejamento.**

CLÁUSULA NONA -DA RESCISÃO

1. A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;

2. O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;

3. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

4. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

5. Ocorrência de atraso superior a 60 (sessenta) dias na execução do contrato. Neste caso a CONTRATADA será multada conforme previsto no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - O Contratado que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Ficará impedido de licitar e contratar com o Município e será descredenciado dos sistemas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE

MINAS GERAIS

CNPJ Nº. 18.283.101/0001-82

Pça. Adolfo de Oliveira s/nº - Centro – CEP: 39.470-000 –Tel. (38) 3613-2559

cadastroamento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

2.2 -20% (vinte por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

2.3- 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

3 - As sanções previstas, face á gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do Município, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Nº.8.666 de 21 de junho de 1.993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Januária/MG. Renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Itacarambi (MG), _____ de _____ de 2017.

CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS

Secretário Municipal de Planejamento

CONTRATANTE

Nome da Empresa

Nome do Representante

CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

RG: _____

NOME: _____

RG: _____